



Relatório Circunstanciado do Poder Executivo

Conforme prevê a Resolução nº 1.052/2015 desta Egrégia Corte de Contas, encaminhamos o Relatório sobre a gestão das atividades públicas realizadas no Município, relativo ao exercício de 2017, no que se refere à Administração Direta.

Destaca-se que seguem nesta Prestação os seguintes documentos:

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e) Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária, exercício 2017;
- f) Alterações nas Leis referidas na letra “e”, relativas ao exercício de 2017, bem como os Decretos e Mapa de Créditos;
- g) Declaração firmada pelo Contabilista e ratificada pelo Prefeito sobre as conciliações bancárias e seu resultado;
- h) Relatório e Parecer do Responsável pelo Controle Interno, atinentes à administração do Executivo Municipal, bem como os Pareceres sobre a gestão dos recursos vinculados à MDE e às Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- i) Relatório e Parecer do Conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEB;
- j) Relatório e Parecer do Conselho Municipal de Saúde;
- i) Declaração do Administrador de que os agentes públicos que desempenhem atividades nessas instituições estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas.

1 – Execução Orçamentária

Os efeitos da receita e da despesa pública sobre o orçamento e sobre o Patrimônio, constam nos demonstrativos orçamentários e contábeis anexos na presente Prestação de Contas. A receita arrecadada foi de R\$ 38.719.444,11 e a despesa realizada somou R\$ 34.142.674,16, resultando em um superávit de R\$ 4.576.769,95.



1.1 - Limites de Despesas com Pessoal e Endividamento

O presente item deixa de ser abordado por já constituir processo próprio da Gestão Fiscal e encaminhado ao Tribunal no período correspondente, juntamente com o Sistema para Informações e Auditoria para Prestação de Contas - SIAPC relativos ao exercício de 2017. No entanto, informamos que os respectivos percentuais ficaram abaixo dos limites definidos na LRF, ficando em 47,44% e 1,79% para Poder Executivo e Legislativo respectivamente. Com relação ao Endividamento, constatou-se que a Dívida Consolidada Líquida está dentro dos limites definidos pelo STN. A análise das disponibilidades financeiras e dos restos a pagar, também constitui item da Gestão Fiscal.

2 – Das Metas Previstas no Plano Plurianual - PPA

O cumprimento dos programas de governo, metas e suas ações, no exercício que se encerrou em 31-12-2017, foram analisados e apresentados por ocasião da realização das audiências públicas para avaliação do cumprimento das metas fiscais.

2.1 - Das principais realizações em 2017

No decorrer do exercício, talvez uma das maiores realizações do nosso município foram ações no sentido de manter o equilíbrio financeiro das contas do erário público, apesar da forte crise financeira constatada a nível nacional e também das despesas extraordinárias, que se referiam a outros exercícios e que tiveram que ser honradas no decorrer de 2017.

Ademais foram feitas as seguintes aquisições ou melhorias para o patrimônio público municipal de nosso Município:

- Aquisição de Equipamentos Patrulha Agrícola	107.700,00
- Aquisição de Veículo Passeio novo – Contr. nº 114/2017	40.000,00
- Aquisição de Pá Carregadeira – Contr. nº 124/2017	292.234,16
- Aquisição de Distribuidor Adubo Orgânico – Contr. nº 128/2017	41.300,00
- Aquisição de Equipamentos Diversos	77.684,07
- Obras em Redes de Água – Programa Saneamento Básico	41.969,40
- Ampliação da Quadra Esportiva da Comunidade de Três Mártires	114.888,62
- Pavimentação de Ruas com calçamento e asfalto	1.383.842,82
- Construção de duas Pontes sobre o Arroio Zaina	398.555,55

Total dos Investimentos listados:

R\$ 2.498.174,62



3 – Das Informações sobre Vinculações Constitucionais

3.1 - Recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, incluindo os Recursos do FUNDEB

No exercício em análise foram investidos R\$ 7.406.411,90 na MDE, o que corresponde a 31,45% da receita resultante de impostos e transferências.

O valor despendido na MDE pode ser assim identificado:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR
2028 – Manutenção Secretaria da Educação	283.408,75
1022 – Aquisição de Máquinas e Equipam.	22.484,79
1023 – Manutenção Prédios Escolares	26.511,58
2033 - Manutenção Ensino Fundamental	1.431.791,65
2034 - Remuneração Prof. Ensino Fund.	2.894.746,80
2067 - Gasto 40% FUNDEB	384.323,91
2036 – Transporte Ensino Fundamental	596.561,91
2038 – Treinamento Professores	9.574,38
1097 – Construção de Creche	1.461,53
2041 – Manutenção da Educação Infantil	1.465.240,04
2103 – Manutenção Educação Especial	414.541,90
(-) Ganhos com o FUNDEB	104.391,36
(-) Desp. Liq. Rend. FUNDEB	8.443,30
(-) Cancelamento de Restos a Pagar	11.400,68
TOTAL	7.406.411,90



3.2 - Recursos aplicados nas Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS

No exercício em análise, a execução orçamentária demonstrou a aplicação de R\$ 5.893.572,86, nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, representando 25,03 % da Receita base de cálculo descrita nos termos da legislação vigente.

O valor despendido nas ASPS pode ser assim identificado:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR
2005 – Manutenção Secretaria da Saúde	3.160.054,92
1005 – Reequip. Secretaria da Saúde	26.507,99
2006 – Transporte Saúde	618.663,78
2008 – PACS E PSF	933.554,11
2009 – Atendimento Odontológico	349.836,70
2063 – Hospital, Laboratórios, Outros	642.844,26
2010 – PAB Fixo / Variável	3.287,96
2101 – Convênio SAMU/SALVAR	102.320,90
2065 – Manutenção CAI	50.823,61
1074 - Reformas/Construção	6.882,85
(-) Despesas não computáveis	1.204,22
TOTAL	5.893.572,86

4 – Do Desempenho da Arrecadação conforme art. 58 da Lei de Responsabilidade Fiscal

A Receita orçamentária teve o seguinte desempenho no exercício que se encerrou:



Discriminação	Previsão Anual Atualizada	Realiz. no Período	% Real. Período
1 – Receitas Correntes	34.819.914,00	34.083.281,80	97,88%
Receita Tributária	2.507.358,05	2.367.776,96	94,43%
Receita de Contribuições	1.145.000,00	1.304.846,87	113,96%
Receita Patrimonial	4.692.499,23	3.798.201,59	80,94%
Receita Agropecuária	3.000,00	3.003,00	100,10%
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00%
Receita de Serviços	628.384,52	607.872,04	96,74%
Transferências Correntes	25.217.880,78	24.954.629,09	98,96%
Outras Rec. Correntes	625.791,42	1.046.952,25	167,30%
2 – Receitas de Capital	3.811.944,26	2.395.757,66	62,85
Operações de Crédito	1.457.259,26	757.259,26	51,96%
Alienação de Bens	201.760,00	85.600,00	42,43%
Amort. de Empréstimos	215.000,00	229.248,40	106,63%
Transf. de Capital	1.937.925,00	1.323.650,00	68,30%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,00%
4 - Receitas Intra-Orçam.	1.277.000,00	2.240.404,65	175,44%
Total da Receita	39.908.858,26	38.719.444,11	97,02%

4.1 - Análise quanto ao Desempenho da Arrecadação

4.1.1-Quanto às Receitas Tributárias

A Receita Tributária atingiu ao final do exercício em análise o montante de R\$ 2.507.358,05, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 2.367.776,96, representa uma realização de 94,43% da projeção para o período.



DISCRIMINAÇÃO	Previsão Atualizada	Realizada no Período	% Real. / Prev.
Impostos	1.841.341,16	1.835.226,35	99,66%
I P T U	350.000,00	338.166,72	96,62%
I R R F	611.197,67	611.206,29	100,01%
I T B I	429.400,97	432.774,22	100,78%
I S S	450.742,97	453.079,12	100,51%
Taxas	536.016,44	486.110,68	90,68%
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	210.013,88	206.179,89	98,17%
Taxas p/ Prestação de Serviços	326.002,56	279.930,79	85,86%
Contribuição de Melhorias	130.000,00	46.439,93	35,72%
Total das Receitas Tributárias	2.507.358,05	2.367.776,96	94,43%

4.1.1.1 – Medidas no sentido de Recuperação de Créditos Tributários e Fiscalização da Receita

Temos a informar que a maior parcela da Receita do Município, vem de fontes externas, através de transferências dos Governos da União e do Estado, sobre as quais a Administração Municipal não tem ação efetiva, limitando-se a registrá-las e controlar as suas aplicações.

Atualizamos os valores da avaliação Terra-Nua. Informamos à receita Federal, que gerou incremento significativo no ITR. Foram realizados treinamentos para fiscalização, no entanto o Município está aguardando a liberação de dados das declarações, por parte da Receita Federal, para realizar a fiscalização.

A receita própria, por força do sistema tributário nacional, se limita aos impostos: IPTU, ITBI, ISS, IRRF, Contribuição de Melhoria, Taxas e demais receitas. A Prefeitura mantém um pequeno número de fiscais, que visitam os estabelecimentos comerciais, verificando a sua regularidade junto ao fisco municipal, dá orientação e, se for o caso, aplicando as sanções cabíveis para que o custo não ultrapasse a arrecadação pelo princípio da economicidade.

O IPTU tem recebido um tratamento diferenciado, com cadastro imobiliário e embora não haja uma fiscalização direta em cada domicílio, nenhuma transação imobiliária é efetuada, sem a certidão de regularidade com o fisco municipal.

Destaca-se que o Município desenvolve o Programa de Integração Tributária em parceria com o Governo do Estado. E com o objetivo de melhorar a arrecadação do ICMS



realiza revisão dos blocos dos produtores rurais, Guias Modelos A e B, sendo que também proporcionou o aperfeiçoamento do setor responsável através da realização de cursos.

4.1.1.2 – Ações no sentido de combate à Sonegação e Incremento de Receitas Tributárias

A Prefeitura promove a cobrança dos tributos municipais, inicialmente em caráter amigável, através de editais divulgados nos meios de comunicação existentes no município. Esgotados os meios amigáveis, a Prefeitura promove a cobrança por protesto junto ao Tabelionato, desde 2015, para posterior cobrança judicial. Cabe salientar que esse recurso é evitado por dois motivos: primeiro porque os processos judiciais se arrastam por longo tempo, frustrando a intenção da Prefeitura de disponibilizar os recursos no menor tempo possível, e segundo, por que as dívidas, na sua grande maioria são diminutas, não comportando a cobrança judicial, em face do seu elevado custo, o que torna a medida desgastante, deficitária e anti-econômica.

Foi realizada a revisão de tabelas para avaliação de imóveis rurais e urbanos, para fins de cobrança do ITB, o que gerou aumento da arrecadação.

Através de Lei Municipal foi proporcionado o parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa, referente a créditos tributários, não tributários e em execuções fiscais.

Foi realizado o cálculo atuarial para reavaliar as alíquotas de contribuição do RPPS.

4.1.2-Quanto às Receitas de Contribuições

A Receita de Contribuições atingiu ao final do exercício em análise o montante de R\$ 3.469.841,32, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 2.357.000,00, representa uma realização de 47,21% acima da projeção para o período.

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Atualizada no Período	Realizada no Período	% Real. / Prev.
Contribuições Sociais	1.972.000,00	3.122.902,20	158,36%
Contribuições Previdenciárias	760.000,00	957.907,75	126,04%
Contrib. Previd. Intra-Orcam.	1.212.000,00	2.164.994,45	178,63%
Contribuições Econômicas	385.000,00	346.939,12	90,11%
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	385.000,00	346.939,12	90,11%
Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00	
Total das Receitas de Contribuições	2.357.000,00	3.469.841,32	147,21%



4.1.3-Quanto às Receitas de Transferências Correntes

As Receitas de Transferências Correntes atingiram ao final do exercício em análise o montante de R\$ 24.857.974,89, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 24.831.677,86, representa uma realização de 0,11% acima da projeção para o período.

DISCRIMINAÇÃO	Programada Período	no	Realizada Período	no	% Real / Progr.
Transferências da União	10.859.349,51		10.890.890,96		100,29%
Cota parte do F P M	7.459.662,66		7.543.934,68		101,13%
Cota parte do I T R	891.784,09		925.204,27		103,75%
Cota parte da LC 87/96	70.000,00		72.389,04		103,41%
Cota Parte Fundo Especial	80.370,61		80.370,61		100,00%
Transferências do SUS	1.416.900,00		1.465.673,59		103,44%
Transferências do F N A S	197.250,00		183.019,64		92,79%
Transferências do F N D E	610.954,75		531.842,51		87,05%
Transferências de Convênios	14.000,00		20.020,00		143,00%
Outras Transf. da União	118.427,40		68.436,62		57,79%
DISCRIMINAÇÃO	Programada Período	no	Realizada Período	no	% Real. / Prev.
Transferências do Estado	13.886.428,35		13.877.903,43		99,94%
Cota Parte do I C M S	11.278.739,95		11.400.370,31		101,08%
Cota Parte do I P V A	1.481.247,75		1.525.455,42		102,98%
Cota Parte do I P I / Exportação	166.498,52		176.645,64		106,09%
Cota parte da C I D E	23.176,98		23.176,98		100,00%
Transf. do Fundo Estadual	559.800,00		378.039,41		67,53%
Outras Transf. do Estado	27.250,00		28.152,04		103,31%
Transferências de Convênios	349.715,15		346.063,63		98,96%
Outras Transferências	85.900,00		89.180,50		103,82%
Transf. Pessoas/Instituições	85.900,00		89.180,50		103,82%
TOTAL	24.831.677,86		24.857.974,89		100,11%



5 – Conclusão

Por fim, destacamos que todas as ações desenvolvidas estão retratadas nas demonstrações contábeis e orçamentárias e os aspectos mais relevantes da execução orçamentária encontram-se apresentadas nesta exposição circunstanciada. Todavia, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e apresentação de documentos que se façam necessários para cumprimento do mandamento constitucional de prestar contas.

Chapada - RS, 25 de Janeiro de 2018.

Carlos Alzenir Catto
Prefeito Municipal